



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 02

PROJETO DE LEI 037/2024

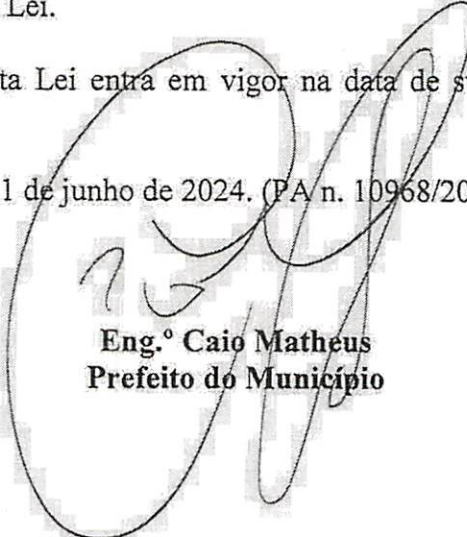
Pmc 277/24

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais), para os fins que especifica.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil) ao orçamento do Município (Lei Municipal n. 1.581, de 27 de dezembro de 2023), em favor das Secretarias de Saúde e de Esportes e Lazer, a fim de atender novas despesas substitutas das indicadas pelos Vereadores autores de emendas individuais com impedimentos insuperáveis, nos termos do § 14, do art. 166, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e inciso III, do art. 4º, do art. 26, da Lei Municipal n. 1.552, de 28 de julho de 2023, conforme o Anexo Único, parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 11 de junho de 2024. (PA n. 10968/2023-3)

  
**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**

## ANEXO ÚNICO



# Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 04

## MENSAGEM EXPLICATIVA

Proc 287/24

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:*

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que ***"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais), para os fins que especifica"***, pelos seguintes motivos:

Para possibilitar a execução das emendas individuais impositivas dos Vereadores, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, elaboramos o presente projeto de lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Crédito Suplementar é uma modalidade de crédito adicional destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento.

É autorizado por lei e posteriormente aberto por decreto do Poder Executivo.

É amparado pela Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964:

***"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.***

***Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***

***I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;***

.....

***Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo"***.

Para a cobertura de crédito, será utilizado o recurso previsto no inciso III, parágrafo primeiro, do artigo 43, da Lei nº 4.320/1964:

***"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa:***

***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:***

***III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;"***

O Crédito adicional suplementar por anulação é o procedimento no qual se reduz, total ou parcialmente, o montante da dotação disponível de determinado subtítulo constante da LOA, de forma original ou acrescentado por crédito adicional. Os recursos que



# Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 05  
Proc. 277/24

se tornam disponíveis em razão da anulação da despesa podem ser utilizados para suportar créditos adicionais, verificada a compatibilidade de fontes.

Seguem as ações que serão tomadas:

**Suplementação da classificação funcional:**

**01.25.01.10.302.0124.2.066.4.4.90.52 (dot. 564)**

**R\$ 452.000,00**

*Emenda Impositiva nº 72 – Vereador Carlos Ticianelli*

Processo Administrativo 1730/2024

Transferência de recurso para a Secretaria de Saúde para aquisição de camas hospitalares e de mais mobiliários para o novo bloco do Hospital Municipal de Bertioga.

Com o recurso da Emenda a Secretaria de Saúde irá adquirir:

Camas Hospitalares Elétricas

44 unidades

Camas Hospitalares para obesos

02 unidades

A suplementação orçamentária será por anulação parcial da dotação nº 511

(01.25.01.10.301.0122.2.063.4.4.90.52.00) no mesmo valor devido a substituição da Emenda Impositiva nº 41, que apresentou impedimento técnico impossibilitando a sua execução.

**Suplementação da classificação funcional:**

**01.36.01.27.812.0241.2.171.3.3.90.31.00 (dot. 766)**

**R\$ 15.000,00**

*Emenda Impositiva nº 12 – Vereadora Renata Barreiro*

Processo Administrativo n. 128/2024

Transferência de recurso para a Secretaria de Esportes e Lazer para cobertura de despesas de custeio.

A Emenda Impositiva servirá para custear a Copa Agita Inverno de 2024.

As atividades a serem executadas são as seguintes:

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 45.000,00

Staff

Arbitragem

Aquisição de Uniformes

Comunicação Visual

Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas

R\$ 15.000,00

Aquisição de Premiações

A Emenda Impositiva foi totalmente classificada com a natureza de despesa “3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, porém, a despesa com premiações deve ser classificada como “3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas”. Com isto, há a necessidade de reclassificar a natureza de despesa da Emenda.



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 26

Proc. 277/24

A suplementação orçamentária ocorrerá pela anulação parcial da dotação nº 770 (01.36.01.27.812.0241.2.171.3.3.90.39.00) no valor de R\$ 15.000,00.

O Projeto de Lei foi elaborado e será executado de acordo com o observado na Lei nº 4.320/1964, artigo 42:

*"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".*

Ou seja, após a aprovação deste Projeto de Lei, o Poder Executivo abrirá por decreto os créditos adicionais.

No geral, as solicitações estão de acordo com a Lei nº 4.320/64, artigo 40 a 46, e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 167, como informado anteriormente.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

**Eng.º Caio Matheus**



**conam** Consultoria em Administração Municipal Ltda.

Folhas 07  
Data 27/12/24

423n

São Paulo, 13 de março de 2024.

Senhor Prefeito,

Em atendimento à consulta formulada pela Sra. Rita Santos, do Departamento de Planejamento e Orçamento, transmitimos a Vossa Excelência, em anexo, o Parecer nº 175808.01.0001/2024, da lavra da consultora, *Elizabeth Toshiko Horie*, da área especializada em Planejamento, Orçamento, Gestão e Contabilidade desta Conam, com a seguinte ementa:

*Reprogramação de emendas impositivas com impedimentos de ordem técnica. Necessidade de autorização legislativa.*

Permanecemos à disposição dessa Administração para a eventual necessidade de outras abordagens da questão apresentada.

Atenciosamente,

Manoel Joaquim dos Reis Filho  
Consultor-Geral  
OAB/SP Nº 19.236

EXMO. SR.  
CAIO ARIAS MATHEUS  
DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE  
BERTIOGA – SP.

Endereço: Rua Marquês de Paranaguá, 348 - 7º Andar - Consolação - CEP 01303-050 - SÃO PAULO-SP  
Fone: (11) 3218-1400 - Home Page: [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br) - E-mail: [conam@conam.com.br](mailto:conam@conam.com.br)



**conam** Consultoria em Administração Municipal Ltda.

Interessada : Prefeitura Municipal de Bertioga.  
Data : 13 de março de 2024.  
Parecer nº : 175808.01.0001/2024.  
Consultoria : Planejamento, Orçamento, Gestão e Contabilidade.

*Reprogramação de emendas impositivas  
com impedimentos de ordem técnica. Neces-  
sidade de autorização legislativa.*

A Prefeitura Municipal de Bertioga,  
por intermédio da Sra. Rita Santos, do Departamento de Planejamento e Or-  
çamento, consulta-nos sobre a seguinte questão.

Respondemos:

Neste exercício, as indicações de Emendas Impositivas foram realizadas de forma correta, dentro do orçamento e as alterações já estavam no autógrafo da lei. Estamos finalizando a primeira fase.

Encaminhamos as Secretarias para verificar viabilidade de execução das emendas e já comunicamos aos respectivos vereadores as que apresentaram impedimento técnico.

Caso a emenda seja reprogramada para outra ação de governo, anteriormente havia sido indicada para a Secretaria de Esportes e agora foi remanejada para a Secretaria de Assistência Social, essa alteração deverá ser realizada por lei específica ou posso fazer por decreto utilizando os limites de alterações autorizados LDO 2024 e LOA 2024 do Município?



**conam**

**Consultoria em Administração Municipal Ltda.**

Folhas 09

Data 27/7/24

420

Respondemos:

Nos termos do § 14 do art. 166 da Constituição Federal, para sanar os impedimentos de ordem técnica das emendas impositivas, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, o cronograma para análise e verificação dos impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes.

Nesse contexto, vale dizer que na Minuta do Projeto de LDO/2024 ofertada pela Conam, para regulamentar o § 14 do art. 166 da CF, sugerimos a seguinte redação ao § 4º do art. 23. Vejamos:

**Art. 23.**

(...)

§ 4º - Em face do disposto no art. 166, § 14, da Constituição, e uma vez publicada a lei orçamentária para 2024 e identificada pelo Chefe do Executivo a existência de impedimentos de ordem técnica em relação às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, serão adotadas as seguintes medidas com o objetivo de solucionar essas pendências:

I – nos primeiros trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o prefeito indicará e especificará à Câmara Municipal os impedimentos de ordem técnica identificados;

II – a Câmara Municipal decidirá, por meio da Mesa Diretora e consultados os autores das emendas, se fará mudanças no seu conteúdo e encaminhará ao Executivo, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, proposta para sanar os impedimentos apontados, ou, se entender que estes são descabidos, deverá abster-se dessa providência;



# Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas

10

Proc.

277/24

Bertioga, 11 de junho de 2024.

OFÍCIO N. 319/2024 – SG

Processo Administrativo n. 10968/2023-3

(Favor mencionar esta referência)

*Excelentíssimo Senhor,*

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que ***“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais), para os fins que especifica”***.

Considerando a relevância que cerca o presente projeto de lei, requeremos o Regime de Urgência Especial, nos termos do artigo 153, inciso I, da Resolução n. 68/2004, Regimento Interno da Câmara Municipal de Bertioga.

Atenciosamente,

**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 597

Data 14/06/2024

Hora 16:36

Funcionário

Ao Excelentíssimo Vereador

**ANTONIO CARLOS TICIANELLI**

Presidente da Câmara Municipal de Bertioga

**Hilma de Moraes Lourenço**  
Técnico Legislativo Administrativo  
Reg. 664